

Crisis y Ruptura Peninsular



Edición de

Carmen M^a Comino Fernández de Cañete, Maria da Conceição
Vaz Serra Pontes Cabrita y Juan M. Carrasco González

CRISIS Y RUPTURA PENINSULAR

III Congreso Internacional de la SEEPLU
(Cáceres, 30 y 31 de octubre de 2013)

CRISIS Y RUPTURA PENINSULAR

III Congreso Internacional de la SEEPLU
(Cáceres, 30 y 31 de octubre de 2013)

Edición de

Carmen M^a Comino Fernández de Cañete, Maria da
Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita y Juan M. Carrasco
González



2014

Cáceres

III CONGRESO INTERNACIONAL DE LA SEEPLU – CRISIS Y RUPTURA PENINSULAR

COMITÉ ORGANIZADOR:

Presidenta - Carmen María Comino Fernández de Cañete
Secretaria – Maria da Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita
Vocal – Juan M. Carrasco González



Centro de Estudos Galegos

EL CONGRESO CONTÓ CON EL APOYO DEL GOBIERNO DE EXTREMADURA Y LOS FONDOS FEDER DE LA UNIÓN EUROPEA.

GOBIERNO DE EXTREMADURA
Consejería de Empleo, Empresa e Innovación



UNIÓN EUROPEA
Fondo Europeo de Desarrollo Regional

Una manera de hacer Europa

© Los autores

© Universidad de Extremadura para esta 1ª edición

Edita:

Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones
C/ Caldereros, 2 - Planta 2ª. 10071 Cáceres (España).
Tel. 927 257 041 ; Fax 927 257 046
E-mail: publicac@unex.es
<http://www.unex.es/publicaciones>

Patrocina:

SEEPLU (Sociedad Extremeña de Estudios Portugueses y de la Lusofonía)

I.S.B.N.: 978-84-697-1337-2.

Depósito Legal: CC-276-2014.

Índice

| | |
|---|---------|
| Francisco Ivan da Silva – Gregório de Matos e o século XVII | 9-45 |
| Xosé Manuel Dasilva – Los vaivenes cronológicos de las traducciones españolas de <i>Os Lusíadas</i> | 47-63 |
| Hélio J. S. Alves – Presença da poesia portuguesa no <i>Siglo de Oro</i> | 65-80 |
| Manuel Ferro – O bilinguismo na épica portuguesa do período filipino: entre a expressão autonómica, a afirmação identitária e a importância do contexto cultural espanhol envolvente | 81-99 |
| Juan M. Carrasco González – Recepción de la obra del padre António Vieira en España y en la América española (siglos XVII y XVIII) | 101-118 |
| Carmen María Comino Fernández de Cañete – Construção silogística em <i>Sonetos à Conceição da Virgem N. S.</i> | 119-132 |
| Clara Anunciação, Carlos Severino – <i>Os Lusíadas</i> – símbolo nacional de duas culturas | 133-147 |
| Adriano Milho Cordeiro – D. António de Ataíde, cerzindo ideias e políticas por terras de Portugal e de Espanha, no tempo dos Filipes | 149-163 |
| Carlos Pazos Justo – (Re)visões, ideias e funções acerca do bilinguismo português-castelhano nas primeiras décadas do século XX | 165-178 |
| Milton Pedro Dias Pacheco – “De vossa real presença desejada”: Uma apologia político-alegórica a D. Filipe II de Portugal | 179-212 |
| Manuel Gama – Pós 1640: Portugal, do “olvido” ao convívio com a Espanha | 213-227 |

| | |
|---|---------|
| Maria da Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita – A “questão ibérica” em António Sardinha | 229-240 |
| Fernando Augusto Machado – Portugal e Espanha na balança ibérica: Uma leitura fantasmagórica situada de Almeida Garrett | 241-261 |
| Vanessa Riambau Pinheiro – A universalidade e a desvinculação do passado mítico: Os novos rumos da literatura portuguesa contemporânea | 263-275 |
| María Eugenia Pedrosa Casares – La enemistad literaria entre españoles y portugueses en <i>As batalhas do Caia</i> de Mário Cláudio | 277-287 |
| Marcos Antonio Rodríguez Piris – <i>Trovas do Bandarra</i> : De Trancoso a Pernambuco | 289-304 |
| Ana Alexandra Silva, Maria João Marçalo – Das primeiras gramáticas de português língua estrangeira – Os séculos XVII e XVIII | 305-318 |
| Anabela Matias, Paulo Osório, Maria da Graça Sardinha – Níveis de literacia em adultos portugueses e respetiva proficiência linguística: um estudo de caso | 319-329 |
| Xurxo Fernández Carballido – A competência cultural no processo de ensino e aprendizagem de português língua estrangeira (PLE) | 331-341 |
| José Ángel García López – Versões ignoradas das peças <i>A nossa terra é nossa!</i> e <i>Um remédio malfadado</i> de Ricardo Flores Pérez | 343-355 |

"DE VOSSA REAL PRESENÇA DESEJADA": UMA APOLOGIA POLÍTICO-ALEGÓRICA A D. FILIPE II DE PORTUGAL

Milton Pedro Dias Pacheco
Centro Interdisciplinar de Estudos Camonianos-Universidade de Coimbra
Centro de História de Além-Mar-Universidade Nova de Lisboa/Universidade
dos Açores
miltondpacheco@yahoo.com.br

RESUMO

Após uma longa e expectante demora, D. Filipe II de Portugal/ III de Espanha entrou triunfalmente em Lisboa, em Junho de 1619, para reunir as Cortes do Reino e legitimar a sucessão do príncipe herdeiro. Incumbida de organizar a visita régia, a vereação de Lisboa, apoiada pelas inúmeras corporações comerciais e oficiais, promoveu na principal praça da cidade, entre o Paço Real e o rio Tejo, a edificação de um aparatoso monumento comemorativo. O programa artístico, imbuído de um forte discurso político, fora estruturado em torno de um conjunto de esculturas alegóricas, acompanhadas individualmente de textos encomiásticos explicativos concebidos com o propósito de cimentar uma estratégia de apaziguamento social e fidelidade política entre a monarca e os seus súbditos.

PALAVRAS-CHAVE: União Ibérica; Entrada régia triunfal; Arquitetura efémera; Literatura apologética.

ABSTRACT

Philip II of Portugal / III of Spain, after a long and expectant delay, entered triumphantly in Lisbon, in June 1619, to gather the Kingdom Courts and legitimize the crown prince succession. Supported by several commercial and workshop corporations, the Lisbon City Council,

responsible for the royal journey organization, promoted in the main square of the city, between the Royal Palace and the Tagus River, an ostentatious celebrative monument. Structured around of a set of allegorical sculptures, the artistic program was imbued with a strong political message. It was complemented by individually and explanatory panegyric texts achieved with the purpose of consolidated a political allegiance and social appeasement strategy between the monarch and his subjects.

KEYWORDS: Iberian Union; Triumphal Royal Entry; Ephemeral Architecture; Apologetic Literature.

Afirmara D. Filipe I (1527|1580-1598) de Portugal que deveriam os grandes Príncipes conhecer “pessoalmente seus Reynos (que quando são muitos, & o Imperio mui estendido, não se pode esperar senão ausência de seu Principe e dellas infinitos danos, & maiores incõvenientes) para ter perfeita noticia, das forças, riquezas, ou necessidades delles; conhecer a natureza & condição de seus vassallos”. Seguindo o sábio conselho de seu pai, D. Filipe II (1578|1598-1621) decidiu, embora tardiamente, pois a última estadia régia ocorrera havia trinta e seis anos, “ver por seus olhos” o “seu Reino de Portugal, huã das tres Coroas de Espanha” (Lavanha 1622: 1).

Finalmente decidido a dar continuidade ao ambicioso projeto político encetado em 1580, ano da integração de Portugal na mais poderosa monarquia europeia do seu tempo, porque pressionado pelas principais estruturas administrativas portuguesas, que por várias vezes assistiram ao adiamento da visita régia⁶⁹, o monarca *abúlico*, jurado em Janeiro de 1583,

⁶⁹ A primeira alusão à possível deslocação do monarca a Portugal surgiu a 16 de Setembro de 1598, três dias após o falecimento de D. Filipe I, contudo como defende Fernanda Olival: “Ainda era tudo muito vago”. Aliás, os boatos, nem sempre fundamentados, de uma possível deslocação a Portugal foi uma constante nos primeiros anos do seu reinado, sobretudo

começou a traçar a jornada portuguesa de modo a reunir as Cortes para nelas fazer jurar o príncipe herdeiro (Olival 2006: 9, 225).

Partindo de Madrid a 22 de Abril de 1619, o monarca viria a alcançar a fronteira portuguesa na noite de 9 de Maio (Lavanha 1622: 1-2), data em que “se comesou de soar que Vinha elRey dom filipe o terseiro a este Reino e çidade [de Lisboa] sendo a pr^a ues que a elle veyo e como m^{tas} uezes o tinha afirmado que uinha e nunca ueyo zombauão todos disso” (Soares 1953: 418). Pairava sim, na verdade, um notório esmorecimento por parte dos Portugueses, segundo o testemunhou frei Jerónimo Sepúlveda (séc. XVII) em Outubro de 1602: “todos se queixam e bradam ao céu e dizem que *non habemus regem*” (Olival 2006: 228).

Apesar do desânimo sentido entre as entidades administrativas nacionais, um conjunto epistolar de “cartas e Recados” enviado ao vice-rei testemunham as condições impostas para que a visita régia se realizasse, ficando este encarregue de “chamar a camara e deulhe conta de tudo e lhe tivessem prestes o d^{[inhei]ro} que lhe tinham prometido por uir a este Reino”. Incumbida da programação da entrada régia na principal cidade do Reino, a vereação de Lisboa, assumindo uma posição intransigente, “Respondeo que lho não auia de dar [as verbas] senão depois que S: Mg^e: estiuesses em portugal por quanto m^{tas} uezes tinha prometido de uir e não ueyo por naõ poder e asim foi que lhe não deraõ o d^{[inhei]ro} senaõ depois delle estar em eluas”⁷⁰ (Soares 1953: 418).

Os excertos retirados do *Memorial* do cronista Pedro Roiz Soares (?-1628?), cultor de um forte sentimento nacionalista

quando o monarca se aproximava ou circulava junto à fronteira portuguesa (Olival 2006: 225-226).

⁷⁰ Não podemos contudo ignorar as dificuldades financeiras da Casa Real nos primeiros anos do seu governo, as sucessivas gravidezes da Rainha e a doença do príncipe herdeiro (Olival 2006: 226-228, 233).

durante a União Ibérica sobre a égide do ramo espanhol da Casa de Habsburgo – período a que Lopes de Almeida (1900-1980) classificou de “escura e comprida noite de uma sujeição penosa” (Almeida 1953: VI) –, manifestam, pois, os tensos anseios políticos da época perante um monarca há muito desejado. Porém, podemos encontrar na elaboração do itinerário inicial, traçado em 23 de Março de 1619, e no *Regimento das entradas dos Senhores Reis nas Cidades ou Villas*⁷¹ de Portugal, homologado em 27 de Abril seguinte, uma posição perentória por parte do monarca na realização da jornada a Lisboa⁷² (Soares 1953: 422; Olival 2006: 242).

Por conseguinte, pese embora os obstáculos inicialmente manifestados, a edilidade de Lisboa, acedendo ao pedido do conde de Salinas e marquês de Alenquer, D. Diogo de Silva y Mendoza (1564-1630), o 13º vice-rei de Portugal no lustro de 1617-1621, decidiu avançar com todos os preparativos. A principal entidade financiadora começou assim a reunir as verbas necessárias destinadas a cobrir as avultadas despesas materiais com as infra-estruturas citadinas, nomeadamente a renovação do Paço da Ribeira, um projecto há muito adiado, e a reorganização dos espaços públicos circundantes, determinando “deribar todas as tendas dos uidros e das solas e dos funileiros fersureiras e dos bolos e todas as mais que estauão no tireiro ficando o tireiro todo

⁷¹ Ao estabelecer um conjunto regras de etiqueta e de cerimónias protocolares, o texto regimentar regulamentava os diferentes momentos das entradas régias, como a entrega das chaves, o beija-mão, a bênção na sé ou na igreja maior, o uso exclusivo do pátio e o discurso proferido pelo edil no estrado edificado para a ocasião (Silva 1855: 354-355).

⁷² Deste modo, as fontes conhecidas parecem confirmar que a grandiosa empresa régia começou a ser planeada a partir de 9 de Maio daquele ano, ainda que a primeira missiva a informar o Conselho de Portugal da realização da visita esteja datada de 9 de Março. Logo na portaria de 24 de Abril seguinte, despachada do Desembargo do Paço no seguimento da carta régia de 16 do mesmo mês, deliberava-se a proibição do aumento dos preços por ocasião da jornada régia, fundamental à aposentadoria da comitiva, e por decreto de 29 de Abril ficava vedado o uso de bordados e recamados de ouro e prata nos trajes de Corte durante a estadia do monarca, deliberação que não seria respeitada (Silva 1855: 352-355, 382).

despeiado ate o tireiro do trigo sem ficar coussa dempidemento nhũ” (Soares 1953: 418).

A renovação e ampliação do Terreiro do Paço, somente possível com a destruição das habitações e estabelecimentos comerciais adjacentes, pretendia assim conferir maior ênfase cenográfico ao eixo axial do programa delineado para a grandiosa praça real onde iria decorrer a recepção régia nos meses seguintes. Repentinamente, a cidade começava a transformar-se e engalanar-se para receber o seu Rei.

Adaptando à realidade nacional as práticas rituais solenes absorvidas pelo cerimonial da Casa de Áustria, sobretudo após a integração dos territórios flamengos nos seus domínios governativos (Kubler 2005: 133) – sem contudo ignorar a tradição das entradas régias portuguesas de tradição tardo-medieval segundo cremos –, a vereação da principal cidade do Reino delineou um ambicioso plano celebrativo que necessitava da colaboração de “todos os oficiais de todos os ofícios e mercadores de todas as nações que nesta cidade estauão e os da mesma cidade encomendando a cada ofício quizesse fazer seu arco triunfall” com suas “Arvores de fogo, e de fuguetes enuensois nunca uistas” (Soares 1953: 418, 420, 424).

Apesar da premente necessidade em obter dividendos para as múltiplas construções cenográficas e aparatos celebrativos, a câmara de Lisboa liderou uma primeira campanha de angariação de fundos junto das outras vereações do Reino e procedeu à aplicação de pesados impostos logo a partir de 1609 (Olival 2006: 230-240). Rapidamente granjeou o apoio das corporações mecânicas e associações comerciais, nacionais e estrangeiras, que em Lisboa tinham os seus negócios, pois esta era a única oportunidade que dispunham para *ver* e *estar* com o monarca, visto não gozarem de representação formal nas Cortes ou em outros atos públicos (Curto 1991: 253).

Com base num programa clássico de forte erudição, ainda com laivos da cultura neo-escolástica vigente, foi edificado ao longo do percurso traçado um conjunto de trinta e cinco sumptuosos monumentos celebrativos efémeros, número que praticamente duplicava as estruturas erguidas em 1581 (Olival 2006: 248, 250).

“Todos triunfales y ricos,/ de veynte mil diferencias,/ en ellos versos latinos,/ figuras, cifras, emblemas” (Arce 1619: Loa II), os arcos celebrativos, os painéis retabulares (alguns deles os ditos “tapa-ruas” (Gan Giménez 1991: 423, 425)) e as máquinas teatrais foram complementados e ornamentados com múltiplos emblemas virtuosos e insígnias alegóricas alusivos ao monarca e à monarquia, das casas reais portuguesa e espanhola. Haviam sido reproduzidos através de um vocabulário artístico concebido de modo a evidenciar a figura da imagem real e desde modo reforçar a sua presença física entre os súbditos (Curto 1991: 209-210).

O elaborado itinerário festivo, através do qual o monarca deveria ver e ser visto, tinha como momentos cruciais a entrada na cidade pelo porto fluvial erguido na extremidade da grandiosa praça do Terreiro do Paço, o proscénio para a apresentação pública de D. Filipe II; a assistência às celebrações litúrgicas organizadas na igreja catedralícia, adornada exteriormente com um padrão patrocinado pelos mercadores italianos; e a entrada no Palácio Real, edifício ornamentado com um monumento efémero patrocinado pelos familiares do Santo Ofício da judicatura distrital de Lisboa⁷³, onde teve lugar a cerimónia de juramento do príncipe

⁷³ O padrão celebrativo dos Familiares do Santo Ofício foi estudado no nosso artigo, em fase de conclusão, “Um marco público da pedagogia inquisitorial. O arco triunfal dos familiares do Santo Ofício de Lisboa na entrada régia de D. Filipe II em 1619”, resultante da comunicação apresentada no III Encontro Internacional de Jovens Investigadores de História Moderna, sob o título: “Do rocío do Ceo. O arco triunfal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa na entrada régia de D. Filipe II em 1619”.

herdeiro e a confirmação dos foros do Reino, a 14 de Julho, e se reuniram as Cortes, a 18 seguinte⁷⁴.

Recorrendo, muito provavelmente, aos arquétipos artísticos concebidos anteriormente por Juan de Herrera (1530-1597) para a visita régia de 1581, a edilidade confiaria ao engenheiro, matemático e cronista-mor do Reino, João Baptista Lavanha (c.1550-1624), a conceção da entrada régia e a redação do mais completo relato da mesma⁷⁵. Seria auxiliado por João de Sousa Pereira (séc. XVII), vedor das obras de Lisboa, incumbido de inspecionar e supervisionar as diferentes campanhas de obras⁷⁶, pelo arquiteto Teodósio de Frias (1555-1634), o engenheiro-mor Leonardo Turriano (?-1629) e o pintor Domingos Vieira Serrão (c.1570-1632), o diretor artístico desta empresa (Kubler 2005: 144-146; Senos 2003: 59; Pacheco 2013: 17).

Informado, em 25 de Maio de 1619, do atraso na conclusão das obras de renovação do paço real e da construção dos padrões celebrativos, empresa conjunta onde trabalharam mais de setecentos oficiais, artífices e seus colaboradores, o monarca acabaria por adiar a sua entrada, indo aposentar-se, durante o compasso de espera, em Almada e depois em Belém (Soares 1953: 418-422).

⁷⁴ Sobre as cerimónias celebradas em torno das Cortes de 1619 *vide* os completos estudos de Pedro Cardim. (2008). “Felipe III, la Jornada de Portugal y las Cortes de 1619”, in José Martínez Millán e Maria Antoniette Visceglia (Coord. de), *La Corte de Felipe III y el Gobierno de la Monarquía Católica*. Madrid: Fundación Mapfre, vol. IV, pp. 900-946; e; Pedro Cardim. (1998). *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos.

⁷⁵ Lavanha, o mestre de matemática de D. Filipe (Olival 2006: 218), teria contado com o apoio de “um grupo de personalidades poderosas”, como o arquiduque Alberto e Cristóvão de Moura, tendo ambos desempenhado o cargo de vice-rei de Portugal (Kubler 2005: 144).

⁷⁶ A direta participação de Sousa Pereira na cerimónia de entrega das chaves pelo edil, a quem confiaram o transporte daquelas, serve, em nosso entender, de prova inequívoca para comprovar o seu profundo envolvimento nesta ocasião (Lavanha 1622: 14v).

Um mês mais tarde, às 4 horas do dia 29 de Junho de 1619, data duplamente comemorativa pois no mesmo dia havia sido recebido D. Filipe I em 1581, entrou o soberano em Lisboa. Era esta uma das mais relevantes praças europeias, a cidade que

pela riqueza de seus Cidadãos, frequencia de varias nações que nella se juntaõ, & nella residẽ, com que parece hũ Mundo abreviado, ditosa pelos descobrimẽtos, conquistas, & triumphos de tantas Provincias que à esta illustrissima Cidade se devem, & polo que he de mor importancia pelo culto de nossa sagrada Religião, & devação de seus naturaes, em que excede à todas as Cidades de Europa, & agora cõ maiores ventagões em todos os seus bẽs com a presença de seu Rei, & Señor D. Filipe II (Lavanha 1622: 8v).

Usufruindo do privilegiado acesso a Lisboa, o rio Tejo, o cortejo real náutico, composto pelo faustoso bergantim real e por outras dezenas de embarcações, assistiu a uma fantasiosa naumaquia, preparada pela vereação (Lobo 1623: 29 v), e à encenação da Titanomaquia, organizada na casa da Alfândega pela mesma instituição, na qual o monarca, investido como Júpiter, expulsava os Mouriscos de Espanha e derrotava os exércitos islâmicos no Mediterrâneo, personificados como os desafidores Titãs (Lavanha 1622: 7-10v,14).



Panorama geral (e detalhe pormenorizado) do momento do desembarque de D. Filipe II junto do monumento dos mercadores portugueses em Lisboa no ano de 1619. Desenho de Domingos Vieira Serrão impresso por Hans Schorkens (1622)



João Baptista Lavanha. (1622). Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N.S. ao Reyno de Portugal. (1622). Lisboa, gr

Reunida à beira rio a mais prestigiosa aristocracia do Reino, a buliçosa Lisboa – que “tiene nombre de Princesa” (Bouza Álvarez 2000: 161) –, recebia o monarca de braços abertos, com verdadeiro amor e fidelidade, zelo e obediência, sentimentos declarados através de um conjunto escultórico alegórico e de um rol de textos encomiásticos, nos quais ficava expressa publicamente a tão desejada vinda do rei e a expectativa de uma longa estadia sua em Portugal⁷⁷ (Lavanha 1622: 8v).

Seguindo o plano protocolar estabelecido pelo *Regimento das entradas dos Senhores Reis*, o edil João Furtado de Mendonça [séc. XVII], na presença dos quatro vereadores, a quem Francisco Rodrigues Lobo [1580-1622] dedica o *Romance II*, confiou as chaves da urbe ao rei, proferindo, no momento da entrega: “Esta mui nobre, & leal Cidade de Lisboa entrega à V. Magestade as chaves de todas as suas portas, juntamente os leaes corações, vidas, & averes, para aquillo que for do serviço de V. Magestade”, ao que o monarca recebeu, agradeceu e devolveu em seguida⁷⁸ (Lavanha 1622: 14v, 22; Lobo 1623: 2-3, 31).

A faustosa recepção organizada por parte das entidades municipais de Lisboa era, na verdade, um ato já consolidado na cultura política portuguesa e bastante representativo para a legitimação da Monarquia Hispânica (*Documentos* 1959: III, 173). Como privilegiado mecanismo régio imbuído de uma forte carga ideológica de propaganda e afirmação do poder real, a ritual e aparatosa visita de estado inaugurava com a entrada oficial do monarca e alcançava o zénite com a reunião das Cortes, onde o monarca, perante o seu Reino, estabelecia um *vínculo contratual*

⁷⁷ Apesar do evidente compromisso assumido não podemos ignorar os sectores partidários mais nacionalistas desejosos de romper com a Monarquia Hispânica (Ferro 2012: 3, 5).

⁷⁸ Num discurso similar ao proferido por Filipe de Aguiar em 1581 (Guerreiro 1581: cap. XII).

com os seus súbditos ao confirmar os direitos sucessórios do príncipe herdeiro (Bethencourt 1991: 477-479).

Celebrava-se, uma vez mais, a aliança contratual jurídica firmada entre as instituições de modo a garantir os seus direitos e a reconhecer os seus deveres, numa situação de duplo compromisso, como inequivocamente expressava o epigrama apresentado no edifício da Alfândega de Lisboa: “Assi como esta Alfandega he tributaria à el Rei, assi el Rei se faz tributario ao seu povo; viva largos años tal Rei para proveito de seus vassallos” (Lavanha 1622: 10v).

Acompanhando os preparativos nas semanas antecedentes, um castelhano anónimo, provavelmente um nobre ou um militar destacado em Lisboa, enumerou na *Tercera relacion de las grandiosas fiestas que la ciudad de Lisboa tiene prevenidas, para recibir a la Catolica Magestad del Rey don Felipe III*, o número de trabalhadores contratados, o valor das despesas e a principal entidade patrocinadora. Segundo o relato coevo, o complexo arquitectónico efémero erguido junto ao cais, em que “trabajan mas de trezentas personas”, foi orçado em “mas de diez mil ducados, que gastan los mercadores” portugueses (*Tercera relacion* 1619: 1). Mas segundo o testemunho recolhido por Aguilar y Prado (séc. XVII) junto dos artífices empregues no estaleiro, a construção, na qual se incluía o cais de recebimento, absorveu entre os 16.000 e os 18.000 ducados⁷⁹ (Soares 1953: 418-419; Aguilar y Prado 1619: 17).

Ao assumir a direção dos programas festivos oficiais, a câmara de Lisboa atribuiu aos negociantes lusos o arco principal e as infra-estruturas confinantes do recinto à beira-rio. O projeto previa a construção de um cais “pera elRey desembarcar tam forte e tam curioso quanto o outro se podia uer e de m^{to} custo o

⁷⁹ Em termos de valores globais da empresa régia San Martin apresentou o número de 400 000 cruzados (San Martin 1624: 2); Soares 610 000 (Soares 1953: 470), e Lavanha 700 000 (Lavanha 1622: 78 v).

qual hia ter ao mar todo com grades a Roda todas douradas”, e impunha a abertura de “huã Rua que hia entestar nas portas da Ribra que uai para o pilourinho uelho”. Soares Roiz acabaria por revelar que “querer escrever grandezas E particularidades deste Arco e Ruas sera porme a Risco de o não crerem mas em liuros nhũs se acha escrito que outro tal arco se fizesse em triunfo nhũ” (Soares 1953: 418-419).

Apresentando 55^m de comprimento e 11^m de largura⁸⁰, a estrutura portuária fora construída com pesadas vigas “cubertas de duas ordões de taboas huãs sobre outras desencontradas para sua maior firmeza”, entrando assim pelo rio adentro a uma altura elevada de modo a ficar alinhada com a embarcação real (Lavanha 1622: 8v). O cais de aparato, uma “fuerte muelle de madera [...] muy ancho y desenfadado”, dispunha de um longo passadiço central, com uma escada axial mais elevada, destinada ao desembarque do rei, e duas laterais, mais baixas, para a restante comitiva (Aguilar y Prado 1619:16v).

Com base no relato deixado pelo poeta português Francisco Rodrigues Lobo no Romance XX da obra dedicada à *La jornada* de D. Filipe II, intitulado “De la puente que hizieron los mercaderes para que su Magestad desembarcasse en ella”, sabemos que “Aunque la obra, y la materia/ No pueden tenerse embidia./ Toda se finge de marmol/ Que con oro se perfila/ Y tan perfecta a los ojos/ Que no parece fingida” (Lobo 1623: 32). O elaborado e minucioso plano decorativo contemplara ainda o recurso de profusas composições florais e vegetalistas, exalando um

⁸⁰ Embora estes sejam números apresentados por um cronista coevo, e por isso aparentemente fidedignos, é conveniente colocar algumas reservas como nos aconselhou a Professora Krista De Jonge em uma das nossas muitas conversas e a quem muito agradecemos pelas impressões trocadas. Contudo, não podemos ignorar a seriedade da numerosa rede de relatores e informadores estabelecida pelo poder central “destinado a transmitir un discurso vivo y directo de los acontecimientos a un público ávido de las noticias de la corte”. O impressor sevillhano Vargas y Ureña garantia numa das edições que “Todo lo qual será muy verdadero” (Bernal García 2008: 108).

agradável aroma, parecendo tudo um deleitoso jardim (Lavanha 1622: 14v), numa conceção material idêntica a muitas outras construções organizadas pelos seus antecessores, nomeadamente na entrada de D. Filipe I em Lisboa no ano de 1581⁸¹.

Na sua terceira epopeia, *Triumpho del Monarcha Philippo Tercero en la felicissima entrada de Lisboa*, Vasco Mouzinho Quevedo Castelbranco (séc. XVII) escreveu o registo mais erudito dedicado à entrada régia de 1619 (Ferro 2013: 13). Neste interessante testemunho histórico, o poeta esclarece o leitor que retratou, o mais fielmente possível, as “machinas, Y Arcos triumphales, segun la Architetura, Sculptura, y Pintura, de que todos se adornaron”, descrevendo pormenorizadamente “sus Empresas, Emblemmas, Hyeroglyphicos, para que al mundo se offreciesse un excelente retrato de las grandezas, com que el Senado de la Camara, en nombre de todo el Reyno, su amor, su lealtad hà mostrado al gran Monarcha”. A figura do rei era assim comparada a um pilar basilar de sustentação do Reino: “Es un Rey un Athlante, que substenta / De los Cielos la insigne architectura (Castelbranco 1619: II, 9).

Castelbranco consagrou de igual modo algumas linhas à construção portuária e às esculturas alegóricas que decoravam a artéria onde se encontrava toda a vereação:

Paròse el gran Senado, y mira attento
 La fabrica, y belleza de la puente
 Quando con grave y con sonoro accento,
 Desta suerte razona el Assistente.
 Estas formas, que inventa el pensamiento
 Para exprimir al bivo lo que siente,

⁸¹ Também em fase de conclusão encontra-se o nosso artigo dedicado ao monumento inaugural erguido por ocasião da entrada de D. Filipe I em Lisboa no ano de 1581, intitulado “Celebrate Empire: The presence of the Portuguese possessions at the royal entry of King Philip I in Lisbon (1581)”, apresentado no Congresso Internacional European Courts in a Globalized World (1400–1700).

Retratos son, que en las gloriosas palmas
Los affetos descubren de las almas (Castelbranco 1619: 35).

Como bem ilustra o desenho de Domingos Vieira Serrão, gravado por Jan Schorkens (c.1595-1630?), o grandioso programa celebrativo tinha início na *via triumphalis*, uma artéria artificial aberta temporariamente na principal praça comercial da cidade, entre o cais e o primeiro arco festivo. Constituídas por pares de colunas e pilares alinhados, rematados por esculturas e outros simbólicos ornamentos, num modelo programático utilizado anteriormente⁸², o monumento patrocinado pelos mercadores portugueses possuía uma ampla balaustrada com duzentos e sessenta balaústres de madeira torneada dourada e prateada, segmentada equitativamente por vinte e seis pedestais. Sobre seis bases erguiam-se seis estátuas – cinco figuras femininas e uma masculina –, de tamanho natural e executadas em cera branca, fingindo ser “marmore de boa escultura” (Lavanha 1622: 8 v), numa conceção estética comum a este género de composições, visto que “Las poblaciones se representan sempre en forma de doncellas ricamente vestidas sustentando en sus manos el corazón, llaves o frutos peculiares” (Pizarro Gómez 1999: 103).

Com base no programa iconográfico planeado foram executadas para a primeira plataforma festiva seis figuras escultóricas alegóricas, representando a primeira a cidade de Lisboa, fielmente acompanhada pelo Zelo e a Verdade, dispostas no flanco direito, e pela Fidelidade, o Amor e a Obediência, no lado oposto⁸³ (Lavanha 1622: 8 v). Na verdade estes eram afetos

⁸² Provavelmente este assentava nos protótipos utilizados na jornada do príncipe Felipe II (D. Filipe I de Portugal) aos Países Baixos, nas recepções celebradas em 1549 nas cidades de Betune e Dordrecht, na Holanda (Pizarro Gómez 1999: 72).

⁸³ Às virtudes companheiras de Lisboa juntaria António de Sousa Macedo muitas outras na sua obra dedicada a D. Filipe III: *Flores de España Excelencias de Portugal* (Macedo 1631: fólios 125-230).

honestos e honras virtuosas demonstradas ao monarca pelo povo que o recebia, significando “tanto la lealtad como el agradecimiento de la ciudad para con el monarca” (Pizarro Gómez 1999: 103). Aliás, já o procurador da cidade de Lisboa Manoel de Sousa (séc. XVI) nas Cortes de Almeirim, em Janeiro de 1580, durante o seu discurso evidenciou que a “antiga e firme lealdade amor e obediencia Com ã a nassão portugueza Costumou sempre seruir os Reis de gloriossa memoria uossos antecessores” (Soares 1953: 137).

Dispostas como virtuosas intervenientes na acção planeada, as esculturas, integradas nas arquiteturas falantes (Pizarro Gómez 1999: 59), estavam acompanhadas de várias composições retóricas individuais destinadas a transmitir uma mensagem de teor político-jurídico, tendo sido apresentadas como discursos *mudos* a serem *proferidos* aquando da passagem do cortejo real. Ao exhibir publicamente as exigências do Reino perante o seu Rei, o conjunto relembra-o, respeitosamente, das aptidões e virtudes que deveria possuir e cultivar para ser um bom governante⁸⁴.

Provavelmente da autoria de João Baptista Lavanha⁸⁵, as entusiásticas composições literárias – quatro sonetos redigidos em português e dois epigramas em latim –, permitiam, a uma pequena elite intelectual (Alves 1985: 65), descodificar cada uma das representações alegóricas exibidas, porque dotadas “Con admirables insignias,/ Que aunque hablan por los pies/ Representan que son bivas”, e em “los mismos pedestales/ Sobre

⁸⁴ Neste assunto discordámos de Roy Strong quando afirma que o uso da cultura visual com base na mitologia greco-latina impunha uma total subserviência do povo ao seu rei (Strong 1984: 86).

⁸⁵ Vasco Quevedo Castelbranco no prólogo destinado ao leitor salientou a importância do cronista-mor na organização e concepção da entrada régia de 1619: “à quien por razon del cargo, y merecimiento de persona, cabe solamente esta empresa” (Castelbranco 1619: II).

que estaban erguidas,/ Las letras de suas figuras/ En oro se ven escritas” engenhosas composições⁸⁶ (Lobo 1623: 32v-33).

Acompanhada das principais virtudes inerentes a uma urbe capital – zelosa, verdadeira, fiel, afeiçoada e obediente para com o seu Rei⁸⁷ –, a sempre leal cidade de Lisboa surgia materializada no padrão sobre a forma de uma figura escultórica feminina, “hermosa, risueña, y rica/ Con ambos braços abiertos” (Lobo 1623: 32v/ Castelbranco 1619: 35), em posição triunfante como que a recitar um prodigioso soneto (Lavanha 1622: 8v). A representação alegórica da cidade já fora utilizada na entrada régia de D. Filipe I em Junho de 1581, quando, no padrão das portas da urbe, fora colocada, entre os santos patronos de Lisboa, uma “grande figura destatua Com a maõ aberta Como que pedia esmola que seneficaua ser a cidade de lix^a” (Soares 1953: 195).

Expressando o sentimento geral dos portugueses, bem mais exigente e menos adulator do que o patente nas construções erguidas pelas nações estrangeiras (Kubler 2005: 136), o soneto, utilizado por Lavanha para a descrição inaugural da cidade, exortava o ansioso alento da visita e prolongada estadia do monarca:

⁸⁶ As anónimas *Lembranças de Portugal a seu pouo*, apresentadas nas Cortes de Lisboa de 1579 (Soares 1953: 110-113), colocariam o Reino a falar na primeira pessoa através de alegorias artísticas e personificações textuais, numa estratégia política constante em todo o período filipino.

⁸⁷ Na listagem de temas alegóricos elaborada por Pizarro Gómez verifica-se que o recurso às representações, pictóricas e escultóricas, das várias alegorias foi uma constante nas entradas régias de D. Filipe I de Portugal por toda a Europa. À excepção da virtude do Zelo explorou-se igualmente o tema do Amor em Mons de Henao, Bélgica, no arco da segunda porta da cidade em 1549-1551; da Fidelidade/Lealdade no arco da Porta de Visagra na entrada de Toledo, Espanha, em 1559-1560; da Obediência no arco público da praça do Linho em Antuérpia, na viagem de 1549-1551, no arco da Puerta de la Visagra na viagem de Toledo, entre 1559-1560; e uma pintura no arco da Calle Mayor em Madrid na viagem de Segóvia em 1570. A Verdade seria personificada, por exemplo, nos espectáculos organizados em Lille e na vila de Arras, França (Pizarro Gómez 1999: 174-177).

De largas esperanças sustentada
(Que hũ ardente desejo não descansa)
Vivi Principe Augusto na esperança
De vossa Real presença desejada.
Oje que o ceo me mostra a suspirada
Luz, nunciadora de imortal bonança
Quam prolongada foi minha esperança
Seja vossa demora dilatada. (Lavanha 1622: 8v).

Nos versos seguintes eram realçadas as características naturais e geográficas, as qualidades materiais e culturais e as potencialidades estratégicas e políticas da cidade de Lisboa – “ella sola es un Reyno” (Bouza Álvarez 2000: 165, nota 14) –, indo ao encontro das pretensões manifestadas de deslocar a Corte do centro da Península Ibérica para as margens do Atlântico no reinado anterior⁸⁸:

Entre as outras Cidades na opulencia
Rainha sou, no clima, & na riqueza
De esforço, & letras, clara em dignidade.
Ajuntaime às demais esta excellencia
Que sirva, sendo eu trono à tal grandeza
O melhor, à mais alta Magestade (Lavanha 1622: 8v, 9).

Igualmente teatralizante, a figura alegórica do Zelo, a única escultura masculina presente no referido grupo escultórico, foi representada a empunhar numa mão o globo terrestre e na outra

⁸⁸ É sintomática a quantidade de obras publicadas no período filipino a exaltar as *virtudes* de Lisboa, anseio manifestado pelos muitos poetas portugueses e também por alguns espanhóis como realçou Fernando Bouza Álvarez (Bouza Álvarez, 2000: 162).

uma asa⁸⁹ (Castelbranco 1619: 35v), atributos imagéticos que pretendiam anunciar o nome do monarca em todo o seu imenso Império, um vasto território que deixaria o grande “Alexandre famoso, descontente”. O soneto encomiástico do Zelo Lusitano fazia ainda alusão à memorável data da entrada do monarca em Lisboa (Lavanha 1622: 9; Lobo 1623: 32v).

Em tam claro triunfo & bello dia
 Quando a terra se mostra mais contente,
 Não pode o ardente Zelo estar ausente
 Para levar as novas de alegria.
 Agora porem sinto o que sentia
 Alexandre famoso, descontente
 De aver hũ mundo so no qual somente
 Mostrar pudesse esforço & valentia.
 Tal he de todo este Globo à meu desejo
 Porque me vai esta aza dilatando
 Com tal pressa, que pouco lhe parece.
 Outra aza fica ainda desejando
 De levar vosso nome neste ensejo,
 Por mais Mundos o Rei, se mais ouvesse (Lavanha 1622: 9).

Embora posterior ao acontecimento não deixa de ser curiosa a interpretação feita pelo padre Raphael Bluteau (1638-1734) sobre esta palavra: “quanto mais vivamente se acende o zelo do Principe, & mais seguro està o seu domínio do contagio dos vicios, & por conseguinte dos açoutes do Ceo”. Era bastante sintomático o adágio popular português: “o mau zelo he cutello da Republica” (Bluteau 1721: VIII, 635-636).

A escultura seguinte mostrava a Verdade, uma figura alegórica feminina, “luziente biva estrella” (Castelbranco 1619: 35), ostentando um espelho em uma das mãos, cujo simbolismo

⁸⁹ Certamente em alusão às asas com que o mensageiro dos deuses, Hermes/Mercúrio, estava dotado.

do atributo e a sua presença física eram explicados através de epigrama redigido em latim⁹⁰ mas que Lavanha traduziu na sua obra. Através do espelho, objeto normalmente associado à alegoria da Prudência e que permite contemplar o passado e o futuro (Feuillet 2005: 60), eram enfatizadas a retidão e a equidade do Reino perante o seu legítimo governante, transparecendo ainda na mensagem, a notória alegria dos portugueses em receber o monarca, sentimento esse igualmente extensível aos seus descendentes (Lavanha 1622: 9 e v; Lobo 1623: 33).

Vestida em habito de Verdade trago por insignias o meu officio este espelho, ao qual sou tam semelhante, que parecemos iguaes. Sou de vidro patente à todos, & ao que tenho no coração responde tão o rosto, que assegura de qualquer engano. O que hũa vez se me imprime nunca se borra, tendo por grave pecado mostrar o contrario do que sinto. Com esta verdade ò gram Rei celebramos vossas festas, que as que são de tam verdadeiro Principe so de verdades se podem fazer. E pois o sou recebei este Espelho, em que se quiserdes ver a alegria, & fè dos Portugueses em vosso recebimento, vereis Senhor, que para vos, & para vossos decedentes sera sempre a mesma. (Lavanha 1622: 9 v).

⁹⁰ Segue a transcrição do texto original: “INDVOR HOS HABITVS SPECIES NOTISSIMA VERI/MVNERIS HAEC REFERO NVNTIA SIGNA MEI/ EN SPECVLVM, SPECVLO SIMILIS SVM DICTA, VIDEMVR/ ESSE SIMVL SORTIS CONDITIONE PARES./ VITREA SVM, CVNCTIS PATEO, QVODQVE INTIMA SERVANT/ VISCERA, DAT FACIES, HINC DOLVS OMNIS ABEST/QUÆ SEMEL IMPRESSA EST, EADEM RETINETVR IMAGO,/ MENTITAQUE ALIAM FINGERE FRONTE NEFAS./ HAC FACIE REX MAGNE TVVM CELEBRANVS HONOREM / OMNIA SVB VERO PRINCIPE VERA DECENT./ IPSA TIBI HOC DONO SPECVLVM, SI CERNERE MALIS/ QVA TE ORE ACCIPIAT LYSIA, QVA VE FIDE:/ TEQUE TVOSQUE SIMVL LENTE SPECVLARE, VIDEBIS/ ESSE EADEM TIBI REX ORA, EADEMQVE TUIS” (LAVANHA 1622: 9).

Em posição dianteira do conjunto do flanco esquerdo surgia a alegoria da Fidelidade, o par da representação figurativa da sempre leal cidade de Lisboa⁹¹, empunhando a oferenda destinada ao monarca recém-chegado, um “prato cheo de corações”⁹², os corações dos próprios cidadãos lisboetas anteriormente oferecidos durante o discurso do edil⁹³. Tal como as restantes, a figura fora colocada sobre um pedestal dotado com um soneto inscrito, cuja mensagem era bastante explícita: somente com a lealdade do Reino de Portugal era possível continuar a expandir o seu Império (Lavanha 1622: 9 v; Lobo 1623: 32v; Castelbranco 1619: 35 v):

Destes vassallos leaes vos offerece
 Corações puros a fidelidade.
 Vede, que de seus Reis a Magestade
 Por filhos, não vassallos os conhece,
 Inclinaí pois à offerta que o merece,
 Benigno no vulto, & liberal vontade,
 Imitando à suprema Deidade
 Que corações aceita, & agradece.
 Se à Portuguesa fè o amor responde,
 Tendo em seu nobre peito igual districto
 A lealdade, o favor que tudo abarca.
 Onde porão as vossas Quinas? onde?
 Outros Mundos buscai Monarcha invicto,
 Que de outros Mundos vos farão Monarcha (Lavanha 1622: 9v).

⁹¹ A leitura de Bouza Álvarez é direccionada, no entanto, para a metafórica relação matrimonial entre o monarca e a cidade (Bouza Álvarez 2000: 172).

⁹² Embora Alenda y Mira tenha descrito que “La primera de éstas representaba á la ciudad de Lisboa com un plato de corazones en la mano” (Alenda y Mira 1903: 198), e Quevedo Castelbranco aluda nos seus versos um vaso de ouro repleto de rubis (Castelbranco 1619: 35 v).

⁹³ Porém, Raphael Bluteau esclarece que a figura alegórica da Fidelidade era apresentada acompanhada de um cão, em representação da sua lealdade, e transportando uma chave e um sinete, objectos que simbolizam o segredo (Bluteau 1713: III, 108).

Por ora, ficava, assim, manifesto o sentimento de fidelidade ao Rei e aos herdeiros do ramo espanhol da Casa de Áustria.

Em consonância com a representação anterior surgia a alegoria do Amor. A sua representação mostrava uma escultura feminina segurando numa mão um ramo de chamas-de-fogo⁹⁴ e na outra um ramo de dormideiras⁹⁵ (Lavanha 1622: 9v). De acordo com interpretação de Rodrigues Lobo, apresentada de forma mais inteligível do que a de Baptista Lavanha ou a de Quevedo Castelbranco, a primeira flor estaria associada à paixão ardente de conquistar novos mundos “Que con otra ala tendida/ Señalava Promptitud”, enquanto a segunda se traduziria no deleite em usufruir pacificamente dos mundos então conquistados “Y un ramo otra mano hazia./ Que senalava descanso,/Y sueno del que se olvida/ Por tener la paz segura”, onde estaria incluído certamente Portugal (Lobo 1623: 33).

O texto original inscrito na base da respectiva figura escultórica, reproduzido por Lavanha, expressava os poderes terapêuticos da dormideira associados à filha da Discórdia, Letes, a divindade que baptizara de Esquecimento um dos rios do Hades na mitologia greco-latina (Buescu 2000: 918-919). Qual a mensagem que se pretendia transmitir a D. Filipe II? Porventura seria o esquecimento a que votara ao Reino português mas que os seus súbitos estariam preparados a olvidar caso o monarca instalasse a Corte em Lisboa? Ou o governo de Portugal trar-lhe-ia glória imorredoura?

Amor que nestas mostras debuxado
Rei claro vos recebe, & vos convida

⁹⁴ A *Woodfordia fruticosa* proveniente da Índia.

⁹⁵ A designação vulgar da *Papaver somniferum*, ou seja, das papoilas opiáceas.

Esta dando hum penhor da fee devida
 Mostrando aquelle braço afogueado.
 O verde ramo ainda em flor cortado
 Da dormideira em Lethes ja metida
 Vos està segurando em toda a vida
 Poder dormir quieto & sossegado.
 Vinde pois Rei, que o Amor vos leva, & guia;
 Tomai do Reino o leme brandamente;
 Que o Ceo o quer, a Terra, o Mundo o clama.
 Dormindo nos regei, que o amor vigia,
 Sò que tenhais, vos lembro, entre tal gente,
 Por forol do governo aquella chama (Lavanha 1622: 9v-10).

Apresentada de forma humilde e reclinada, a última escultura alegórica, evocando a Obediência, foi concebida a segurar um grilhão na mão direita e uma asa na esquerda, a complementar com a asa oferecida pelo Zelo, tendo no pedestal, como a estátua da Verdade, um longo epigrama latino⁹⁶. O obediente Reino de Portugal prostrava-se assim aos pés do monarca e continuar-se-ia a manter subordinado ainda que agrilhado. Numa virtude de maior estima pretendia salientar que a submissão imposta seria sempre assumida como um dever incondicional do Reino para com o seu Rei (Lavanha 1622: 10: Lobo 1623: 33;Castelbranco 1619: 35v).

⁹⁶ Segue a transcrição do texto original: “OBSEQVII CVLTRIX VESTIGIA REGIS ADORO OPTA TOQVE LIBENS DO MEA COLLA IVGO. NON GRAVAT ISTVD ONVS, NEC PONDERE DEPRIMIT IMO HOC MAGIS ILLA LEVAT, QVO MAGIS VRGET ONVS. SI IVBEAS VALIDIS INNECTERE COLLA CATENIS, SI MANIBVS MANICAS, ARCTAQVE VINCLA PEDI, FERREA VELOCES PARIENT MIHI PONDERA A PENNAS OCYVS IMPERII IVSSA POTENTIS AGAM. TENDERE SI IVBEAS IN APERTA PERICVLA CVRRAM, VT SOLET AERIIS ACTA SAGITTA PLAGIS. QVAM LEVE COLLA IVGVM REFERVNT! CVIS VFFICIT VNA HAEC DEXTERA, QVOD PARITER IVNCTA SAGITTA MOVET. HOC NE IVGVM EST? POTIVS NATVRA INVERTIT IN ARCVN Vnde TVO IMPERIO PROMPTA SAGITTA VOLEM” (Lavanha 1622: 10).

A Obediencia sou que adoro del Rei as pisadas offerecêdo de boa vontade o pescoço ao desejado jugo, carga que não somête não oprime, nê pesa, antes parece ser de mais descanso, quando de maior peso; para cuja prova ainda que me mãeis Señor carregar de cadeas, & que tenha esposas nas mãos, & grilhos nos pees, estes ferros me sirvirão de penas para vos obedecer voando, & se me mãardes oppor àos mais manifestos perigos, correrei mais de pressa à meterme nelles, que pelo ar a seta mais veloz. O ã leve he o nosso jugo governado de tal obediencia, & ajudado de tal prontidão! não merece nome de jugo, mais propriamente se pode chamar arco, do qual como seta voarei sempre Señor a obedecervos (Lavanha 1622: 10).

Ultrapassado o arco dos mercadores portugueses, um “Arco triunfal tam sumptuoso, & de tanta grãdeza, & majestade”, cujo programa decorativo exaltava as virtudes da Prudência, Fortaleza, Liberalidade e Religião e os quatro continentes conhecidos até então, o cortejo prosseguiu pela engalanada artéria, com cerca de 80^m de comprimento por 22^m de largo, portanto com quase o dobro do espaço da área anterior. Repetindo a disposição do programa decorativo inicial, esta secção fora dotada de trinta e dois pedestais, dezasseis por flanco, igualmente dourados e prateados, sobre os quais foram colocadas dezasseis estátuas dispostas a pares. Aqui, cada um dos oito grandes heróis portugueses representados, responsáveis por grandes feitos militares no Reino e Império Português, estava acompanhado da virtude mais apropriada⁹⁷, algumas delas já representadas e evocadas anteriormente (Lavanha 1619: 15-16; 20v-22).

⁹⁷ No flanco da direita estava D. João de Castro, vice-rei da Índia, acompanhado pela Verdade; André Furtado de Mendonça, governador da mesma província, guiado pela Vitória; Pedro de Meneses, o governador da cidade de Ceuta, pela Constância; e Nuno Fernandez de Ataíde, o valeroso capitão geral da cidade de Safim, pela Ousadia. No outro flanco surgia D. Luís de Ataíde, um outro vice-rei da Índia, guiado pela virtuosa Vigilância; o fiel Martim de Freitas, alcaide de Coimbra, era acompanhado pela Fidelidade;

No final da avenida das Virtudes e “dos varões ilustres nellas assinalados” – assim designada por Lavanha sob a influência do primeiro verso d’*Os Lusíadas* –, junto das portas da cidade e antes de alcançar o arco comemorativo dos negociantes ingleses, fora colocado um aparatoso palanque, de três tabuleiros e guarnecido de ricas alcatifas, próximo do qual aguardava o senado de Lisboa. No momento da chegada do cortejo, o deputado da Mesa da Consciência e Ordens, Inácio Ferreira (séc. XVII), subiu ao estrado e, com a lealdade e a firmeza da gente portuguesa (Lobo 1623: 50 v), dirigiu novo cumprimento ao monarca, numa prática comum celebrada nas vilas e cidades do itinerário régio para confirmação ou obtenção de novos foros, mercês e privilégios.

Manifestando os anseios do Reino, a reverencial saudação laudatória, imbuída num impositivo tom crítico, atribuída à larga ausência do muito poderoso e clementíssimo Rei-Pio, o estado em que Lisboa se encontrava: “desamparada feita quasi viuva”, tal como Jerusalém “no tempo de seus trabalhos”⁹⁸ (Lavanha 1619:

Paio Perez Correia, o conquistador do Algarve, pela Diligência; e Duarte Pacheco, um valeroso militar, da Tolerância (Lavanha 1619: 20v-22).

⁹⁸ Encontrando em algumas obras coevas inúmeros laivos comparativos entre a Jerusalém descrita por Jeremias (Bouza Álvarez 2000: 166-169). Como salientou João Pedro d’Alvarenga algumas das composições atribuídas a D. Pedro Cristo (c. 1550-1618), mestre de capela nas casas monásticas de Santa Cruz, em Coimbra, e de São Vicente de Fora, em Lisboa, possuem um conteúdo político camuflado relacionado com a União Ibérica. Em nosso entender, enquanto o *Incipit lamentatio Jeremiae Prophetae* alude ao desprezo da capitalidade de Lisboa “Como está só esta cidade, outrora tão populosa/ Tornou-se como que uma viúva, a que domina os povos/ A princesa das províncias ficou sujeita ao tributo”, o moteto *Lacrimans sitivit anima mea*, composto entre 1580 e 1590, manifesta um forte pendor da autonomia política de Portugal clamando, muito provavelmente, por D. António, o prior do Crato, que fora obrigado a um forçado exílio “Ai de mim, exilado [D. António?], porque o meu exílio [o do Reino?], prolonga-se demasiado [...] regressa, regressa para que possas ver-me e fruir-me para sempre”. Já no responsório *Hodie nobis de caelo* fica manifesto um novo desejo: “Da restauração da antiga e eterna felicidade”. Folheto informativo da 25ª Temporada de Música em São Roque: Coimbra – II seicento em Santa Cruz, organização do Museu de São Roque/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 8 de Novembro de 2013; e; João Pedro D’Alvarenga, *Obras de referência da Cultura*

22). E neste sentido, só a visita do monarca, qual figura *conjugal* e *paternal*, poderia augurar profundas e decisivas transformações políticas, para “tam grande o contentamento destes leaes vassalos que nem se pode declarar com palavras, nã representar com festas exteriores”, pois “amãõ a seus Principes como à Pais, sendo tambem delles amados como filhos” (Lavanha 1619: 22v).

Obliterando os acontecimentos das campanhas militares de 1580, o orador consagrou a entrega de Portugal à providência divina e não ao arbítrio humano, ao contrário dos grandes impérios da Antiguidade, então considerados diminutos se comparados com os vastos horizontes do império de D. Filipe II. O monarca e os seus antecessores não só tinham dilatado as fronteiras territoriais dos reinos ibéricos como tinham expandido o Reino dos Céus, motivo pelo qual “esta grande Monarchia edificada sobre colunas da Fè Catholica, & justiça cõ ã V. Mag. a possue, & governa” deveria perdurar *ad multo annos* (Lavanha 1619: 22v).

“Con agradable semblante/ Cara amorosa, y risueña” (Lobo 1623: 50 v), Inácio Ferreira alcançaria o ponto alto do seu discurso no momento em que tornou pública a manifesta aspiração de Lisboa – como Heitor de Pina [séc. XVI] já havia clamado perante D. Filipe I em 1581 (Guerreiro 1581: XXIII) –, se tornar no assento da monarquia dual ibérica e, por conseguinte, o centro administrativo dos dois Impérios:

Digo Sõr para toda Espanha, porã seu amparo & augmẽto consiste em V. Mag. fazer cabeça do seu Imperio esta antiga & Illustre Cidade, mais digna delle ã todas as do mundo, assistindo aqui cõ sua Real Corte, pois he o coração & meio de todos os seus Estados, donde se podera com mòr facilidade acudir à todas as partes sã se perder occasiãõ. Seja pois V. Mag. muito bẽ vindo, & os Principes Senhores

Portuguesa: Música, Centro Nacional de Cultura, <http://www.e-cultura.pt/> consultado no dia 19 de Dezembro de 2013.

nossos⁹⁹, para daqui exercitar sua fortaleza, a liberalidade, a tēperança, a mansidão, & paternal afabilidade de ã Deos o dotou, tendo sempre diante dos olhos esta preciosa jóia (Lavanha 1619: 22-v).

Incondicionalmente leal e faustosamente preciosa, só Lisboa, “ã ja neste dia parece senhora do mundo”, permitiria ao soberano “domar todas as barbaras nações, & igualar seu poder, cõ o querer para ã também com sua liberalissima condição enriqueça cõ grandes mercees à todos seus vassalos” (Lavanha 1619: 22-v). Também os sucessivos apelos expressos nos restantes monumentos efémeros erguidos ao longo do itinerário festivo explicitavam uma dual angústia e aspiração de o convencer a trocar Madrid por Lisboa, um centro urbano privilegiado para o assento da Corte dos reinos ibéricos e para o estabelecimento do governo central do comércio ultramarino¹⁰⁰. Mas a capital atlântica – populosa, abastada e vantajosamente central pois “Hespanha he a cabeça, e nella està Lisboa, no lugar dos olhos” (Vasconcelos 1608: 10) –, não era a única a procurar a capitalidade ibérica, pois também Valhadolid, assento da Corte entre 1601 e 1606, disputava essa posição com Madrid (Olival 2006: 196-197). Lisboa deveria assim assumir o papel *consorte* e não de *viúva abandonada* (Bouza Álvarez 2000: 168-170).

Muitos seriam os testemunhos do desalento causado pelo impasse da jornada lusitana, culpabilizando-se, no entanto, não o monarca mas sim os seus ministros e conselheiros mais próximos,

⁹⁹ Integrava a comitiva régia o príncipe herdeiro, o futuro D. Filipe III.

¹⁰⁰ São inúmeros os autores coevos que através das suas obras clamavam a capitalidade de Lisboa como Luís Mendes de Vasconcelos, em *Do sítio de Lisboa* (1608) e António Severim de Faria, em *Discursos Varios Politicos* (1624) e apontavam os resultados desse impasse como salientou Francisco Rodrigues Lobo (1619) n’*A Corte na Aldeia*. Sobre este assunto *vide* o artigo de Miguel Ángel López Millán (2011).

acusados de negligenciarem os interesses nacionais¹⁰¹. O relato deixado por Roiz Soares mostra evidentemente o apreço manifestado pelo monarca, “elRey era e he hũ santo”, “hera hum Santo benino manço que todos se perdiaõ por elle”, ao contrário dos seus validos “que não tinhaõ boa uontade aos purtugueses” (Soares 1953: 425, 434).

Nem mesmo os vice-reis portugueses tinham granjeado o afecto do povo como sugere uma trova satírica afixada nas portas do Paço da Ribeira em 1604, no seguimento da nomeação do bispo de Leiria e inquisidor-mor, D. Pedro de Castilho (?-1613): “Infeliz Portugal [...] Reino triste e descontente/ com tão mau regimento [...] tens vindo a enfraquecer/ e tão fraca ovelha ser/ que te dão por rei pastores” (Olival 2006: 158-159). Ora fazia todo o sentido o antigo adágio popular “Amor, & Reino naõ quer parceiro” (Bluteau 1712: I, 348). Aliás, D. Filipe II, enquanto esteve em Lisboa inspeccionou o Tribunal da Relação, onde publicamente afirmou que “a causa mais principal que o movera à vir à Portugal, fora entender, que a justiça estava nelle pouco respeitada, & enfraquecida”, ao que regedor lhe respondeu que se devia somente à ausência do Rei do seu Reino (Lavanha 1619: 72-74). Assim versou o mesmo assunto Rodrigues Lobo:

Agraviado, y descontento
 Se quexava ha muchos anos
 De la ausencia de su Rey
 El buen Reyno Lusitano.
 Llamavanle las Ciudades,
 Davan bozes los vassalos,
 [...]
 Murmuravan sus descuidos,
 Culpavan a sus privados,
 Condenavan sus concejos (Lobo 1623: 3v-4).

¹⁰¹ Ainda assim durante o seu reinado a nobreza portuguesa viu almejar algumas das suas ambições ao serem atribuídos dezasseis títulos de conde, dois de marqueses e um de duque (Secco 1836: 131-132).

No final terminariam os enganos pois “las secas esperanças/ Produzieron nuevos ramos” (Lobo 1623: 3v-4). Numa prevista relação simbiótica esperavam deste modo os vassalos serem devidamente recompensados pelos compromissos assumidos neste “aparato expressivo da monarquia” (Curto 1991: 252), assim como ficavam implícitos os deveres do monarca para com o seu Reino. Oferecer ao Rei para depois receber do Rei:

Propicio, y fausto anuncio à su esperança,
 Que à los desseos los efectos mide,
 Y en señal, que tendrá sa segurança,
 Que para sus antigos fueros pide.
 Y sin alteracion, y sin mudança
 De los firmados pactos no se olvide
 El Monarcha, que son de un Rey prudente
 Pactos firmados à sua amada gente (Castelbranco 1619: 57).

Mas aparentemente esta seria uma paz frágil e instável como evidenciam os inúmeros focos de tensão despoletados quando ainda o monarca estanciava em Portugal. Basta recordar o forte aparato militar aquando da entrada régia e o episódio da violenta rixa ocorrida durante as festividades de Nossa Senhora da Luz, em Setembro de 1619, da qual resultaram mais de sessenta feridos e quatro ou cinco mortos (Soares 1953: 422, 432-433). Convém recordar que ao longo do período da União Ibérica sentiu-se um constante clima instabilidade entre as tropas castelhanas aboletadas nas principais fortalezas da cidade e os soldados portugueses, e por vezes, mesmo até com os populares¹⁰². A vinda do monarca a Portugal tornava-se assim numa questão vital para a manutenção política do seu governo e, sobretudo, para a sucessão do seu herdeiro.

¹⁰² Logo em 1623, durante uma parada militar no Terreiro do Paço, originou-se um motim “questeve en Risco de se perder lix^{[bo]ja}” (Soares 1953: 457-458).

Concebida propositadamente para receber o legítimo governante ausente nos seus domínios territoriais, a grandiosa empresa de 1619, uma das mais afamadas e comentadas entradas régias europeias da Época Moderna (Kubler 2005: 135), permitiu a D. Filipe II de Portugal não só acalantar providencialmente as principais instâncias administrativas nacionais e apaziguar os turbulentos anseios sociais, como possibilitou o exercício do poder régio na consolidação de uma estratégia de continuidade governativa. Por sua vez, a edilidade de Lisboa, sob o olhar atento do vice-rei e do próprio Rei, seguiu fielmente a mesma estratégia de conciliação política ao patrocinar um monumento celebrativo junto à principal entrada da cidade com o propósito de granjear o afeto do monarca.

Era indispensável garantir a confirmação, e ampliação se possível, de todos os privilégios jurisdicionais definidos em 1581, de modo a manter uma gestão autonómica e salvaguardar os interesses económicos do Reino.

Disposto de modo a enobrecer os dispositivos cénicos materializados num espaço e tempo privilegiados, um conjunto de seis esculturas alegóricas, representando a cidade de Lisboa rodeada das suas principais virtudes, recebia fiel e humildemente o monarca. Através de um programa ideológico literário composto por diligentes textos apologéticos e exortatórios, individualizantes mas complementares entre si, eram expressas publicamente as qualidades e as capacidades de um povo desconhecido perante o seu Rei, distante e ausente, da mesma forma que estas virtudes deveriam ser apanágio do próprio monarca para bom governo dos seus vassalos.

Afinal de contas o Reino, com o monarca ausente, somente queria em Lisboa o seu Rei presente!

BIBLIOGRAFIA**Fontes impressas:**

Anónimo (1619): *Tercera relacion de las grandiosas fiestas que la ciudad de Lisboa tiene prevenidas, para recibir a la Catolica Magestad del Rey don Felipe III nuestro señor*, Sevilha, Francisco de Lyra.

Aguilar y Prado (1619): Jacinto Aguilar y Prado, *Escrito primero de la entrada que hizo su Magestad, y sus Altezas en Lisboa: y la Jornada que hizieron las galeras de España, y de Portugal, desde el Puerto de Santa Maria, hasta la famosa ciudad de Lisboa*, Lisboa, Por Pedro Craesbeeck.

Arce (1619): Francisco de Arce, *Fiestas reales de Lisboa, desde que el Rey nuestro Señor entró, hasta que salió*, Lisboa, Por Jorge Rodriguez.

Bluteau (1712-1721): Raphael Bluteau (1712-1721), *Vocabulario portuguez, e latino: aulico, anatomico, architectonico [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a El rei de Portugal, D. João V*, vários tomos, Lisboa/Coimbra, Oficinas de Pascoal da Sylva e Colégio das Artes da Companhia de Jesus.

Castelbranco (1619): Vasco Mousinho de Quevedo Castelbranco (1619), *Triumpho del Monarcha Philippo Tercero en la felicissima entrada de Lisboa*, Lisboa, Por Jorge Rodrigues.

Lavanha (1622): João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N.S. ao Reyno de Portugal E rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez S. Magestade a mandou escrever por João Baptista Lavanha sev cronista maior*, Madrid, Por Thomas Iunti Impressor del Rei.

Lobo (1623): Francisco Rodrigues Lobo, *La Jornada que la Magestad Catholica del Rey Don Phelippe III. de las Hespañias hizo a su*

Reyno de Portugal; y el Triumpho y pompa con que le recibió la insigne Ciudad de Lisboa el año de 1619. Lisboa, Oficina de Pedro Crasbeeck.

Macedo (1631): António de Sousa Macedo, *Flores de España, Excelencias de Portugal*, Lisboa, Impressa por Jorge Rodrigues.

San Martín (1624): Gregorio de San Martín, *El triumpho mas famoso que hizo Lisboa a la entrada del rey Don Phelippe Tercero d’España, y Segundo de Portugal*, Lisboa, Oficina de Pedro Craesbeeck.

San Martín (1642): Gregorio de San Martín, *Sucessos felices intitulados, finezas de amor*. Lisboa: Por Manoel da Sylva.

Vasconcelos (1608): Luis Mendes de Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa*, Lisboa, Oficina de Luys Estupiñan.

Velázquez (1581): Isidro Velázquez, *La entrada que en Reino de Portugal hizo la S.C.R.M. de Don Philipe, invictissimo Rey de las Españas, segundo deste nombre, primero de Portugal*, Lisboa, Por Manuel de Lyra a costa de Symon Lopez Librero.

Obras de consulta:

Anónimo (1959): *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo III, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Anónimo (1855): “Regimento das entradas dos Senhores Reis nas Cidades ou Villas de 27 de Abril de 1619” in José Justino de Andrade e Silva (Compilação de), *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa. 1613-1619*, Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, pp. 354-355.

Alves (1986): Ana Maria Alves, *As entradas régias portuguesas: uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte.

Bethencourt (1991): Francisco Bethencourt, “A sociogénese do sentimento nacional” in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto

(Organização de) *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 473-503.

Bernal García (2008): J. Jaime Bernal García, "La Jornada de Felipe III a Portugal: Ceremonia y Negociación Política" in *Iberismo. La relaciones entre España y Portugal. Historia y tiempo actual y otros estudios sobre Extremadura*, Llerena, Sociedad Estremeña de Historia, pp. 105-115.

Bouza Álvarez (2000): Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1664)*, Lisboa, Edições Cosmos.

Buescu (2000): Victor Buescu, "Letes" in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, 17, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, pp. 918-919.

Cardim (2008): Pedro Cardim, "Felipe III, la Jornada de Portugal y las Cortes de 1619" in José Martínez Millán e Maria Antoniette Visceglia (Coordenação de), *La Corte de Felipe III y el Gobierno de la Monarquía Católica (1598-1621)*, Madrid, Fundación Mapfre, vol. IV, pp. 900-946.

Curto, Diogo Ramada. (2011). *Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70.

Curto (1991): Diogo Ramada Curto, "Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)" in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Organização de), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 201-265.

Ferro (2013): Manuel Ferro, "A interseção do paradigma tassiano na épica portuguesa do Barroco: O caso exemplar de Vasco Mouzinho de Quevedo Castelbranco – O *Discurso sobre a Vida e Morte de Santa Isabel* (1597), *Afonso Africano* (1611) e *Triumpho del monarca Philipo tercero en la felicissima entrada en Lisboa* (1619)", *Veredas: revista da Associação Internacional de Lusitanistas* [no prelo].

Feuillet (2005): Michel Feuillet, *Léxico dos símbolos cristãos*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

- Gan (1991): Pedro Gan Giménez, “La Jornada de Felipe III a Portugal (1619)”, *Chronica Nova*, 19, pp. 407-431.
- López (2011): Miguel Ángel López Millán, “Lisboa en el periodo filipino. Las aspiraciones a la capitalidad”, *Ab Initio*, 3, pp. 59-71.
- Olival (2006): Fernanda Olival, *D. Filipe II*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Pacheco (2013): Milton Pacheco, “Um marco público da pedagogia inquisitorial. O arco triunfal dos familiares do Santo Ofício de Lisboa na entrada régia de D. Filipe II em 1619” [no prelo].
- Pacheco (2014): Milton Pacheco, “Celebrate Empire: The presence of the Portuguese possessions at the royal entry of King Philip I in Lisbon (1581)”, *Actas do Congresso Internacional European Courts in a Globalized World (1400–1700)*, Lisboa, PALATIUM: European Science Foundation/Centro de História de Aquém e Além-Mar [no prelo].
- Pizarro (1999): Francisco Javier Gómez Pizarro, *Arte y espectáculo en los viajes de Felipe II*, Madrid, Ediciones Encuentro.
- Kubler (2005): George Kubler, *A arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, Lisboa, Vega.
- Senos (2003): Nuno Senos, “Na esperança de vossa real presença desejada. El arte y un poder ausente en la Lisboa filipina, 1580-1640”, *Reales Sitios: Revista del Patrimonio Nacional*, 158, pp. 48-62.
- Senos (2003): Nuno Senos, “A Coroa e a Igreja na Lisboa de Quinhentos”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 15, pp. 97-117.
- Soares (1953): Pedro Roiz Soares, *Memorial que contem todos os cazos dinos de memoria acontecidos nesta insigne cidade de Lisboa, cabessa primas das espanhas com outros acontecimentos noutros Reinos*, Manuel Lopes de Almeida (Leitura e revisão de), Coimbra, Por Ordem da Universidade.
- Soromenho (2000): Miguel Soromenho, “*Ingegnosi ornamenti. Architetture efémeras em Lisboa no tempo dos primeiros Filipes*” in João Castel-Branco Pereira (Coordenação de) *Arte*

Efémera em Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 21-49.

Strong (1984): Roy Strong, *Art and Power. Renaissance Festivals 1450-1650*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press.